

Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais

Public policy, ethnography and the construction of socio-cultural indicators

Políticas públicas, etnografía y la producción de los indicadores sócio-culturales

Des politiques publiques, l'éthnographie et de la construction socio-culturels

*Alicia Ferreira Gonçalves**

Resumo: Este artigo tem como finalidade lançar uma reflexão de natureza epistemológica sobre a construção de indicadores socioculturais, a partir de uma perspectiva etnográfica, no processo de avaliação *ex post* das políticas públicas baseado na formulação de indicadores socioculturais.

Palavras-chave: políticas públicas; indicadores socioculturais; etnografia

Abstract: This article aims to launch a reflection of nature epistemological on the construction of socio-cultural indicators from an ethnographic perspective in the process of ex-post evaluation of public policies.

Keywords: public policies; socio-cultural indicators; ethnography

*Mestre em política científica e tecnológica e doutora em ciências sociais pela UNICAMP, é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professora do Programa de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. E-mail: aliciafg1@gmail.com

Introdução

Este artigo tem como finalidade iniciar uma reflexão de natureza epistemológica sobre a construção de indicadores socioculturais a partir de uma perspectiva etnográfica no processo de avaliação *ex post* das políticas públicas¹. A linha de argumentação a ser desenvolvida no escopo deste artigo comunga com os pressupostos empíricos e teóricos expostos no Projeto Temático que parte da seguinte problemática²: a insuficiência das abordagens quantitativas (inspiradas em conceitos abstratos e universais) aplicadas aos processos de avaliação das políticas públicas, assim como de seus programas sociais correlatos, a exemplo do PRONAF ou do Bolsa Família. Tal insuficiência deriva do fato destas abordagens desconhecerem ou não levarem em consideração as mediações socioculturais e políticas que limitam ou potencializam o desenvolvimento de uma localidade, região ou nação, como dizia Celso Furtado (1984), e, neste sentido, limitam ou potencializam a *performance* das políticas públicas. Celso Furtado (1984) argumenta, em *Cultura e desenvolvimento*, que o crescimento econômico e aumento do Produto Interno Bruto (PIB) não se revertem automaticamente em desenvolvimento social e todo desenvolvimento social pressupõe um vínculo com a cultura e a tradição local. Neste sentido é que Brandão (2005) afirma que não há um modelo analítico abstrato e geral de desenvolvimento válido para toda a sociedade. Sendo assim, o desenvolvimento deve ser compreendido como uma manifestação concreta em um determinado espaço-tempo. Portanto, devemos levar em consideração as condições histórico-sociais e culturais do processo de desenvolvimento e da execução das políticas públicas. O argumento a ser defendido no escopo deste artigo é que mediações socioculturais e políticas influenciam a *performance* das políticas públicas, ou seja, que o desempenho de tais políticas é mediado por fatores de ordem simbólica, porque tais políticas são ressignificadas segundo a visão de mundo das populações-alvo de tais políticas, e esta visão de mundo engendra-se nas relações que se tecem entre indivíduo e sociedade. Por exemplo, entre os Kurã-Bakairi (grupo indígena da

Amazônia), as políticas públicas de saúde são ressignificadas a partir de sua cosmologia e tais mediações de ordem simbólica têm impactos no desempenho de tal política³. Ora, mediações de ordem simbólica remetem-nos ao universo temático das classificações sociais e da cognição, tão caros à escola sociológica francesa desde Émile Durkheim.

Émile Durkheim e Marcel Mauss, no artigo "Algumas formas primitivas de classificação", publicado em 1903, já haviam afirmado que o sistema classificatório local é constituído nas relações que se tecem entre indivíduo e sociedade e pressupõe consenso sobre categorias básicas que permitem a inteligência sobre o mundo social e natural e, em última instância, remetem à coesão social. Jack Goody (1971 e 1968), em *Technology, tradition and the State in África e Literacy in traditional society*, demonstra que a introdução da escrita pressupõe na sociedade africana sua (re)significação segundo suas próprias categorias simbólicas. O próprio Yunus, quando criou o Grameen Bank (Banco das Vilas), em 1983 (a partir de um projeto de pesquisa iniciado sete anos antes na aldeia de Jobra/Bangladesh), concedeu o crédito às pessoas abaixo da linha de pobreza de acordo com as especificidades culturais de seu país recém-independente, que vivenciara anos de colonização inglesa; de base econômica predominantemente agrícola, particularmente a monocultura do arroz; com grande defasagem tecnológica, inserção periférica na economia mundial; e apresentando graves conflitos religiosos, étnicos e políticos. Neste contexto, a grande questão que se apresentava a Yunus no ano de 1974 era como diminuir a pobreza⁴. Bangladesh, país de maioria muçulmana outrora sob o domínio da colonização inglesa, tornou-se independente em 1974 e era uma das regiões mais pobres, com densidade populacional de 830 habitantes por quilômetro quadrado e 90% de analfabetismo. A fome de 1974 fez centenas de milhares de vítimas, o país ainda é alvo de epidemias como malária e outras doenças tropicais, classificado como país de categoria 3 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A interlocução de Yunus, na época, era com o Banco Mundial, que atua a partir de conceitos e pressupostos universais e abstratos. Na ver-

dade, trata-se de um embate entre universalismo e particularismo. O grande dilema para os atores sociais envolvidos na formulação e gestão das políticas públicas é como conciliar a necessidade de se estabelecerem conceitos universais – tais como pobreza, qualidade de vida e desenvolvimento –, válidos para os grupos sociais, e ao mesmo tempo considerar, no desenho de tais políticas, as tradições culturais destes grupos e seus próprios projetos de futuro.

Neste sentido, há mediações culturais e relações de poder locais que devem ser analisadas quando propomos projetos, programas e políticas públicas que visam promover a mudança social. É, pois, neste horizonte das políticas públicas analisadas a partir da visão de mundo dos sujeitos sociais que a avaliação *ex post* das políticas e a etnografia aproximam-se.

Políticas públicas, universalismo e particularismo

Les hommes des sociétés sauvages ou traditionnelles n'ignoraient pas l'intérêt matériel. Mais ils se refusaient à légitimer son autonomisation (Caillé, 2003).

A ênfase nas políticas públicas de caráter social como uma forma privilegiada para combater a exclusão social é um fenômeno relativamente recente, pois, outrora, a ênfase foi posta no crescimento da economia e na geração sempre crescente de postos de trabalho com carteira assinada articulada a todas as benesses do *welfare-state* à brasileira. Afinal, em que momento da história ocorreu a guinada em direção às políticas públicas como instrumento privilegiado de governo no combate à pobreza, desigualdade de renda e exclusão social?

Podemos considerar que a ênfase posta nas políticas públicas de caráter social tem seus marcos em processos gerais, tais como: a falência do Estado de bem-estar social, os processos de reestruturação produtiva, a transformação do paradigma tecnológico, a

crise da sociedade do trabalho⁵, a globalização da economia e a implementação das políticas de corte neoliberal pelo mundo afora⁶. Trata-se de fatores inter-relacionados intimamente conectados aos interesses sistêmicos do capital transnacional. A este respeito, Manuel Castells (1997) descreve transformações em curso na economia internacional; no universo empresarial; nas relações e no mercado de trabalho; no papel do Estado; nas configurações urbanas; no ramo das economias ilícitas como o tráfico de drogas; nas identidades e nas relações de gênero.

Para este autor, são transformações desencadeadas por uma mudança na base material da sociedade – na infraestrutura tecnológica, baseada em um novo paradigma tecnológico que emergiu no final da década de 1970 na Califórnia, Estados Unidos. Este paradigma configurado por novas tecnologias associadas à telemática estaria articulado ao processo de reestruturação do modo de produção capitalista no final do século XX, ou seja, teria sido desenvolvido para atender, sobretudo, aos interesses da acumulação capitalista em escala global.

Contudo, os interesses sistêmicos expressos na dinâmica da acumulação capitalista em escala global têm engendrado efeitos perversos e introduzido patologias no “Mundo da Vida” – na esfera de ação responsável pela produção e reprodução simbólica –, como diria Habermas (1987).

Neste sentido, Godelier (2001:310-14) identifica o específico paradoxo das sociedades capitalistas: a própria dinâmica da acumulação do capital como principal fonte de exclusão social. Para o autor, existe “[...] inegavelmente no coração do capitalismo uma fonte permanente de desigualdades sociais, e isso significa que nesse sistema, como em todos os outros, há coisas a serem recalçadas”, coisas sobre as quais “é preciso silenciar ou que é preciso travestir de ‘interesse comum’”.

Tendo em mente a desigualdade estrutural produzida no seio do capitalismo, indaga o autor: “Que lugar resta para o *dom* em nossas sociedades ocidentais”? Ocorre que o *dom*, responde ele, está em vias de voltar a ser uma condição socialmente necessária à reconstrução do tecido social⁷. Neste sen-

tido, o paradoxo é que a mesma economia que cria os excluídos em massa confia à sociedade a tarefa de reincluí-los, não na economia, mas no tecido social, acrescento eu, por meio das políticas públicas de caráter social institucionalizadas pelo Estado.

Contudo, também é fato que emergem, no final da década de 1980, movimentos sociais, forças de resistência anticapitalistas em escala planetária, como os eventos que antecederam a constituição do Fórum Social Mundial.

Neste cenário em que afloram os movimentos sociais contrários à ordem hegemônica do capital, a recuperação de uma moral da solidariedade e de pertencimento social no campo dos movimentos sociais e, simultaneamente, no campo acadêmico. E, ao longo deste processo, emergem novos atores sociais que vão constituir o campo da economia solidária e, ao mesmo tempo, a instituição das políticas públicas implementadas pelo Estado – algumas por pressão dos movimentos sociais, a exemplo do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), do microcrédito e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Brasil⁸. Particularmente, no campo do microcrédito, surge a experiência contemporânea conhecida mundialmente, a do Grameen Bank.

O governo federal, por meio do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), pretende, ao menos no nível do discurso institucional, investir maciçamente em operações de microcrédito articuladas à perspectiva da denominada economia solidária (ES) como alternativa privilegiada de combate à exclusão social⁹.

A ideia central dos agentes políticos que atuam institucionalmente é que as operações de microcrédito articuladas à denominada economia solidária estão se constituindo como um mecanismo poderoso de geração de trabalho e renda – portanto, de combate à pobreza – em nosso país. Neste sentido, tais operações são direcionadas a segmentos específicos da sociedade brasileira, a exemplo dos catadores de material reciclado que encontramos em várias capitais do país; dos vendedores ambulantes que circulam nas cidades; do pequeno comércio, como lojinhas, supermercados, padarias; ser-

viços como oficinas mecânicas; ou das mulheres mães de família que confeccionam artesanato utilizando os recursos locais. Inserem-se também nestes programas de financiamento as cooperativas de pescadores, de mulheres artesãs, grupos quilombolas, grupos indígenas, cooperativas de pessoas com necessidades sociais, cooperativas de soropositivos, cooperativas formadas por jovens da periferia, dentre outros grupos sociais. São todos “empreendimentos” que, em sua grande parte, atuam na informalidade. Ocorre que tais políticas estão pautadas em conceitos e valores universalistas e abstratos que não se coadunam com conceitos e valores que remetem às tradições culturais dos grupos sociais-alvo de tais políticas.

Alguns estudos etnográficos, em sua interface com a temática das políticas públicas, sinalizam para a incongruência entre universalismo e particularismo, como, por exemplo, os estudos de Coelho de Souza (2007), com base no caso etnográfico das sociedades de língua jê do Brasil Central, e de Edir Pina de Barros, no artigo “Saúde indígena, cosmologias e políticas públicas”, a partir do caso dos Kurã-Bakairi (do cerrado norte-mato-grossense), que são ribeirinhos, pescadores e agricultores. Diz o autor que no Brasil há mais de 200 línguas, 180 indígenas, e que as políticas de saúde não levam em consideração a diversidade sociocultural. Em sua visão, o grande desafio é fazer com que os direitos garantidos na Constituição sejam postos em prática. No entanto, afirma ainda, é grande o abismo que separa a pensar biomédico e o pensar das populações indígenas que associam o processo saúde-doença a sua cosmologia.

Marcela Coelho (2007) confronta categorias êmicas que designam a cultura material, imaterial, conhecimento, transmissão de conhecimento, e também da distinção e identidade, com a “sociedade envolvente”. O caso etnográfico é o das sociedades de língua jê do Brasil Central. Neste sentido, a autora questiona: direitos universais ou relações particulares? Muitos antropólogos apontam as limitações de se estabelecerem marcos legais ancorados em princípios universalistas e abstratos. Contudo, a questão de fundo é a universalidade parcial dos princípios civilizatórios que embasam as de-

clarações e a formulação de direitos que se pretendem universais. Alguns autores defendem a adoção do princípio denominado por eles de jusdiversidade: "a liberdade que possibilita a cada povo viver segundo seus usos e costumes e transformá-los, quando desejável e necessários, em constituições rígidas". Trata-se de um ponto de partida que apresenta limitações quando se trata de transações entre culturas, pois uma pode reivindicar a formulação de direitos universais e outra, privilegiar a constituição de relações particulares. O questionamento é antropológico, político, jurídico e relevante socialmente.

Portanto, trata-se de se problematizar empiricamente as tensões subjacentes às políticas públicas – entre individualismo e reciprocidade e universalismo e particularismo, ou seja, entre valores e conceitos que se pretendem universais e que orientam as políticas públicas e as tradições culturais particulares com categorias e princípios que derivam de seus respectivos sistemas classificatórios.

Esta última é a mesma tensão que está presente em várias reivindicações das populações tradicionais e das minorias étnicas no mundo todo.

Nos Estados Unidos, quando se fala em direito das minorias étnicas, nos países descolonizados da África, na Índia, na América Latina, incluindo o Brasil, todos estes debates expressam a insuficiência e as limitações do sistema jurídico estatal baseado em noções, princípios e conceitos universalistas (abstratos), que estabelece como finalidade proteger os direitos das minorias étnicas em vários âmbitos. O que está em questionamento é o próprio conceito de direitos humanos, engendrado no Iluminismo europeu e concebido como um valor universal¹⁰. Esta seria uma das promessas não cumpridas do Iluminismo de que nos fala Habermas (1987).

Em sociedades multiétnicas, as identidades assumem a sua dimensão política. Contudo, se a identidade, em sua formulação clássica que remonta ao romantismo alemão, e moderna, que remete às formulações de Lévi-Strauss, estava associada a elementos irreduzíveis, ou seja, a uma essência que definiria o próprio grupo social, passa a ser

concebida contemporaneamente em sua dimensão processual e histórica; tecida, portanto, nas relações sociais e de poder, e assume dimensão crucial no contexto das políticas públicas contemporâneas, quando o que está em jogo é a própria definição das identidades, a reivindicação de recursos públicos e o acesso a direitos.

A questão central é como gerenciar a diferença, como representar os múltiplos interesses no aparelho do Estado. As críticas dirigem-se ao próprio texto constitucional, que não estaria adequado às demandas dos vários grupos que compõem uma sociedade multicultural.

Haveria um paradoxo no próprio texto constitucional, fundamentado em princípios universalistas que garantem a igualdade de direitos a grupos que, originalmente, são heterogêneos do ponto de vista étnico, convivendo em bases desiguais e assimétricas em um mesmo território nacional.

Para Hall e Tambiah, a solução seria reformular a regra constitucional e garantir de fato os direitos aos grupos minoritários, assim como políticas públicas e igualdade de condições.

No universo do indigenismo e da política indigenista, o debate sobre políticas públicas direcionadas aos grupos indígenas está centrado na noção de etnodesenvolvimento, que se refere ao desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade ou grupo social. É uma noção de desenvolvimento desvinculada da perspectiva economicista baseada na noção de progresso, aumento do PIB etc. Esta noção envolve, segundo Roberto Cardoso de Oliveira, a constituição de uma comunidade de argumentação interétnica baseada em uma razão comunicativa e pautada pela responsabilidade moral daqueles atores que atuam no campo dos poderes públicos dominantes. O etnodesenvolvimento supõe: uma etnia autóctone com poder decisório sobre o seu território, recursos naturais, culturais e liberdade para negociar com o Estado segundo os próprios interesses. Segundo Roberto

Cardoso de Oliveira, no artigo "O saber, a ética e a ação social", "[...] Isto significa que o grupo étnico é a unidade político-administrativa com autoridade sobre o seu projeto de território e capacidade de decisão no âmbito de seu projeto de desenvolvimento, dentro de um processo crescente de autonomia e autogestão" (1990:17).

Os seguintes indicadores do etnodesenvolvimento foram formulados para as sociedades indígenas no Brasil:

1. aumento da população com segurança alimentar;
2. aumento do nível de escolaridade na língua ou no português dos jovens aldeados;
3. necessidades básicas de produtos do mercado com recursos próprios;
4. domínio das relações com Estado e demais órgãos do governo e outras entidades, de modo que a sociedade indígena possa definir essas relações.

Tais indicadores pressupõem a situação ideal descrita abaixo¹¹:

- a) usufruto exclusivo dos recursos naturais;
- b) segurança territorial;
- c) demanda por produtos manufaturados e meios para atingi-los;
- d) internalização de recursos financeiros.

Ressalte-se que a geração de renda, a entrada de recursos financeiros para as necessidades dos índios e a aquisição de produtos comercializados no mercado pelos brancos são fundamentais para qualquer projeto de etnodesenvolvimento.

O supracitado conceito está associado às políticas públicas direcionadas principalmente aos grupos indígenas, mas pode ser extrapolado para que se pensem outros grupos sociais, como uma comunidade de pescadores ou de quilombolas, por exemplo, ou uma cooperativa de mulheres artesãs. Neste último caso, o diferencial remete às relações de gênero, que se cruzam com as de classe e de etnia.

Políticas públicas e indicadores socioculturais

No caso das avaliações das políticas públicas sociais, o debate que este artigo suscita gira em torno da necessidade de construção de indicadores socioculturais que articulem no tempo-espaço as dimensões das comunidades listadas abaixo, sejam elas um assentamento de reforma agrária na região semiárida, um município ou um bairro na região periférica das grandes metrópoles. A grande questão para o gestor de políticas públicas é de natureza epistemológica. Trata-se de conhecer, para além dos indicadores quantitativos de renda e de pobreza, quem está recebendo a política pública e como a ressignifica? Em que contexto? Quais as mediações de ordem simbólica e política que a atravessam?

Neste sentido, é preciso mapear, nas comunidades beneficiárias das políticas, as seguintes dimensões:

1. economia (arranjos produtivos e cadeias produtivas locais, por exemplo, a cadeia produtiva do mel, no caso da apicultura);
2. relações de poder local e sua articulação com as demais instâncias (estadual e federal) – as políticas públicas transitam nas três esferas de poder até chegar ao seu destino (quando não são desviadas);
3. cultura (valores, tradições e identidades que remetem aos grupos sociais beneficiários);
4. geografia (condições físicas e climáticas);
5. rede de proteção social (políticas públicas sociais existentes);
6. concepções e projetos de desenvolvimento local; e
7. sistema educacional local.

Contudo, a construção de tais indicadores pressupõe um olhar etnográfico focado em dois pressupostos epistemológicos: ressignificação e totalidade. Neste sentido, é fundamental apreender a visão de mundo dos sujeitos so-

ciais que são alvo das políticas públicas, além do modo como as ressignificam. E uma das dimensões centrais é a cultura como dimensão simbólica que articula e media os aspectos políticos, econômicos e sociais.

Em pesquisa anterior, na região semiárida do estado do Ceará, pude constatar que, no universo dos assentamentos de reforma agrária, a economia solidária e o crédito solidário são apreendidos a partir das categorias classificatórias *êmicas* ancoradas na lógica patrimonialista. Neste caso, o grupo social não opõe solidariedade e patrimonialismo, mas articula ambas as categorias no plano simbólico; ou seja, ressignifica a economia solidária e o crédito a partir das relações patrimonialistas constituídas historicamente naquela região¹².

Essa visão de mundo ancorada em relações clientelistas constitui-se num entrave ao desenvolvimento da economia solidária na região. Assim, a partir do cruzamento de tais indicadores, poderemos apreender os limites e as potencialidades das políticas públicas como uma dimensão significativa a partir da qual poderiam ser diminuídas a desigualdade social e a pobreza em nosso país. Poderíamos, por exemplo, perceber de que forma as relações de poder locais impedem ou estimulam a formação de uma cultura política crítica, a autogestão, a solidariedade e a reciprocidade, que são noções centrais para a sustentabilidade dos empreendimentos ditos solidários. O pressuposto da ressignificação das políticas públicas remete-nos às articulações entre as esferas local, regional e nacional e transnacional. Neste sentido, não podemos conceber o semiárido cearense como um universo simbólico autônomo e encerrado em si mesmo, mas sim como um universo simbólico constituído a partir da tradição cultural e das injunções do sistema financeiro transnacional. Deste modo, a visão de mundo dos sujeitos é constituída a partir do sistema cognitivo *êmico*, que por sua vez engendra-se nas relações que se tecem entre indivíduo e sociedade. Neste sentido, é

preciso observar as relações de poder, a economia, educação, condições ambientais, rede de proteção social das comunidades-alvo das políticas públicas, como instâncias que se articulam (e não são autonomizadas) na visão de mundo das pessoas

Técnicos do Banco Central afirmam que uma consciência política reflexiva e um grau elevado de escolaridade são fatores que contribuem para o êxito das cooperativas de crédito. Marcelo Néri, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em seminário no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), afirma também que as comunidades com níveis mais elevados de escolaridade são solo fértil para que as microfinanças promovam o desenvolvimento local¹³. Neste sentido, grau de consciência política, cultura política e educação local são três indicadores ou dimensões fundamentais para se avaliar a *performance* das políticas públicas. Quanto mais a cultura política de um grupo social aproximar-se do patrimonialismo, quanto menor os anos de escolaridade formal e menor o grau de reflexividade política, maiores os limites à atuação das políticas públicas. Refiro-me particularmente às baseadas nos laços de solidariedade e de reciprocidade. Neste sentido, tais indicadores "mensurariam", a partir de um enfoque semiótico e hermenêutico, graus de reflexividade, anos e qualidade de escolaridade e padrões de cultura política. Obviamente que tais indicadores jamais poderiam ou teriam a pretensão de abarcar toda a complexidade, a riqueza e a dialética que são constitutivas do universo simbólico das pessoas que são destinatárias das políticas públicas.

Contudo, o trabalho de construção de indicadores socioculturais é artesanal, requer sensibilidade analítica, é denso (pois revela os significados) e, em princípio, microscópico; no entanto, remete-nos a problemáticas mais amplas, como o desenvolvimento social, o combate à pobreza e a melhoria das condições de vida das pessoas "que desejam formas distintas de felicidade"¹⁴.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil, in Souza Lima, Antonio Carlos e Hoffmann-Barroso, Maria (orgs.), *Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002, pp. 29-38.
- BARROS, Edir Pina de. Saúde indígena, cosmologia e políticas públicas. Disponível em <<http://www.naya.org.ar/congreso/ponencia2-7.htm>>. Acesso em 4/5/2008.
- BRANDÃO, C. A. A impossibilidade de uma teoria geral abstrata do desenvolvimento. Campinas, UNICAMP, 2005, mimeo.
- CAILLÉ, Alain. *Critique de la raison utilitaire. Manifeste du Mauss (mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales) – Avant-propos et postface inédits de l’auteur*. Paris: La Découverte, 2003.
- _____. *Antropologia do dom. O terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CAILLÉ; Alain e GRAEBER, David. Introdução, in Martins, Paulo Henrique (org.), *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, pp. 17-31.
- COELHO DE SOUZA, Marcela. A dádiva indígena e a dívida antropológica: o patrimônio cultural entre direitos universais e relações particulares, *Série Antropologia*, vol. 415. Brasília: DAN-UNB, 2007.
- COHEN, Abner. *O homem bidimensional. A antropologia do poder e o simbolismo e sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- DAS, VEENA. *Critical events. An anthropological perspective on contemporary India*. Nova Delhi: Oxford University Press, 1995.
- _____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo. Alguns temas wittgensteinianos, *RBCS*, vol. 14, nº 40. São Paulo, jun. 1999, pp. 33-42.
- DURKHEIM, Émile. Introdução e Conclusão, in *Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação, in J. A, Rodrigues, *Durkheim*. São Paulo: Ática, 1988, pp. 183-203, coleção Grandes Cientistas Sociais.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 10ª ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000, Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, 2 vols.
- FRANÇA FILHO, Genauto et al. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- FRANÇA FILHO; Genauto e DZIMIRA, Sylvain. Dádiva e economia solidária, in *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004, pp. 136-64.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento: em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GEERTZ, Clifford [1968]. *Observando o Islã. O desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- GODBOUT, Jacques. *L’Esprit du don*. Paris: La Découverte, 1992.

- _____. Homo donator versus Homo oeconomicus, in Martins, Paulo Henrique (org.), *A dívida entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, pp. 63-97.
- _____. Introdução à dívida. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, vol. 13, nº 38. São Paulo, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 10/2/2007. Pré-publicação. Doi: 10.1590/S0102-69091998000300002.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONÇALVES, Alícia Ferreira. O pensamento mítico na teoria da ação comunicativa, *Ideias*, 12 (2); 13(1). Campinas, 2006a, pp. 205-36.
- _____. (Re)pensando os rumos do exercício etnográfico na contemporaneidade. Comunicação apresentada na 23ª ABA – Novas Cartografias da Antropologia. Porto Alegre, 2002.
- _____. Cultura, mercado e solidariedade: um olhar etnográfico, *Revista Versões. Dossiê Cultura, organizações e práticas sociais*, nº 3. São Carlos, jul-dez 2006, pp. 107-26.
- _____. Cultura, trabajo y economía solidaria, *Seminário Hispano-Brasileño de Culturas Del Trabajo y de las Empresas*. Sevilla, 2008, 24p.
- _____. Empreendimentos econômicos solidários, cultura e mercado. A experiência contemporânea da ADS-CE. Relatório de Pesquisa nº 3 DCR/CNPq/FUNCAP, 2007. Processo nº 360604/2004-5, 206p.
- _____. Experiências em economia solidária e os seus múltiplos sentidos, *Katàlisis*, vol. 11, nº 1. Florianópolis, jan.-jun. 2008, pp 132-42.
- _____. Os múltiplos sentidos da economia solidária no estado do Ceará. Comunicação apresentada no I CISEF, UFSC. São Carlos, 2006b, CD-Rom.
- _____. "Os vários sentidos da prática etnográfica", minicurso, I Encontro de Ciências Sociais do Estado do Ceará, 2005.
- GOODY, J. *Technology, tradition and the State in África*. Londres: Oxford, 1971.
- _____. *Literacy in traditional society*. Cambridge: Cambridge U.P, 1968.
- HABERMAS, Jurgen. *Teoría de la acción comunicativa. Crítica de la razón funcionalista*, vol. 12. Madrid:Taurus, 1987.
- HALL, Stuart. A questão da identidade cultural, *Textos Didáticos* nº 18. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1998.
- _____. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HÖFLING, Heloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais, *Cadernos Cedes*, nº 55, nov. 2001, pp. 30-41.
- HUTCHINSON, Sharon. *Nuer dilemmas. Coping with money, war, and the state*. Londres: University of California Press, 1996.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LANNA, Marcos. *A dívida divina. Troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- _____. As sociedades contra o Estado existem? Reciprocidade e poder em Pierre Clastres, *Mana*, 11 (2): 419- 48. Rio de Janeiro, 2005.
- _____. Notas sobre Marcel Mauss e o *Ensaio sobre a dívida*, *Revista de Sociologia e Política*, nº 14. Curitiba, jun. 2000.

- LAVILLE, Jean-Louis. Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural, in Martins, Paulo Henrique e Nunes, Brasilmar Ferreira, *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004, pp. 42-57.
- LECHAT, Noëlle. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil. Tese de doutorado em ciências sociais, IFCH-UNICAMP. Campinas, 2004.
- _____. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?, *Civitas*, 2, nº 1. Porto Alegre, jun. 2002, 123-40.
- LEJANO, Raul. *Frameworks for policy analysis. Mergin text and context*. Nova York: Routledge, 2006.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1978, coleção Os Pensadores.
- _____. *Etnicidad y estructura social*. México: Ciesas, 1992.
- _____. Etnicidade, eticidade e globalização, *RBCS*, 32. São Paulo, 1996, pp. 6-17.
- _____. O saber, a ética e a ação social, *Manuscrito*, XIII, 2, 1990, pp. 7-22.
- MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. A universalidade parcial dos direitos humanos, in L. D. Grupioni, L.B. Vidal e R. Fischmann (orgs.), *Povos indígenas e tolerância: constituindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: EDUSP, 2001, pp. 252-61.
- MARTINS, Paulo Henrique (org.). *A dívida entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs.). *A nova ordem social. Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- RUBEN, Guilherme. Teoria da identidade. Uma crítica, *Anuário Antropológico*, 86. Brasília, 1988.
- _____. A teoria da identidade na antropologia: um exercício de etnografia do pensamento moderno, in Correa, Mariza e Laraia, Roque (orgs.), *Roberto Cardoso de Oliveira – Homenagem*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1992, pp. 79-97.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SCOTT, Joan. História das mulheres, in Burke, Peter. (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 64-65.
- SEGATO, Rita Laura. O percurso do gênero na antropologia e para além dela, *Série Antropologia*, 236. Brasília, 1998, 22p.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, s.d.
- STAVENHAGEM, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista, *Anuário Antropológico*, 84, 1985, pp. 11-44.
- STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género, *Revista de Estudos Feministas*, 12 (2):264. Florianópolis, mai.-ago., 2004, pp. 77-105.
- YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 1997.

Résumé: Cet article vise à lancer une réflexion de nature épistémologique sur la construction socio-culturelle des indicateurs d'une perspective ethnographique dans le processus d'évaluation *ex post* des politiques publiques.

Mots clés: politiques publiques; indicateurs socio-culturelles; ethnographie

Resumen: Este artículo presenta una reflexión epistemológica sobre la construcción de los indicadores sócio-culturales desde una perspectiva etnográfica en los procesos de evaluación *ex post* de las políticas públicas basados en la producción de los indicadores sócio-culturales.

Palabras-clave: políticas públicas; indicadores sócio-culturales; etnografía

Notas

- ¹ Adoto (apenas como ponto de partida) a definição de políticas públicas formulada no texto de Höfling (2001). Segundo esta autora, a política pública é o "Estado em ação". É o Estado implantando em um determinado contexto histórico um projeto de governo por meio de programas e ações direcionados a determinados segmentos da sociedade. A autora utiliza este conceito para pensar as políticas públicas de caráter social na área da educação, mas penso que esta noção pode ser ampliada para pensar também o microcrédito, a denominada economia solidária e outras políticas públicas. A perspectiva de avaliação no presente texto coaduna-se com a proposta de Lejano (2006) e Rodrigues (2007), que se inspiram em uma abordagem semiótica e hermenêutica.
- ² Da perspectiva institucional, o referido projeto insere-se nos termos do convênio Fundeci/Bnb/UFC de 21 de março de 2006, que viabilizou uma turma do curso de mestrado em Avaliação de Políticas Públicas com ênfase em desenvolvimento regional. O mestrado constituiu o Numapp-núcleo de pesquisa em formato de projeto temático integrado de pesquisa que articula as pesquisas dos alunos direcionadas a fornecer subsídios empíricos para a construção de uma metodologia de avaliação das políticas públicas nas quais se mesclam as abordagens qualitativas e quantitativas, com ênfase no desenvolvimento regional em articulação com as dimensões socioculturais. A primeira fase do projeto é a construção de uma base de dados sobre programas e políticas públicas no estado do Ceará, a exemplo do Crediamigo, Economia Solidária, Bolsa Família, Pronaf, Prodetur, dentre outros.
- ³ Cf. Barros, Edir Pina (2008).
- ⁴ Diz o professor: "Cada país deveria dispor de sua própria definição de pobreza (ter dez hectares de terra coloca uma pessoa ao lado dos ricos num país fértil e do lado dos pobres num país desértico). Seria útil que as organizações internacionais integrassem em suas análises os critérios de identificação da pobreza específicos de cada país, em vez de impor normas internacionais" (Yunus, 1997:97).
- ⁵ Sobre a crise da sociedade do trabalho, consultar Antunes (1995).
- ⁶ Sobre as várias dimensões e significados da globalização, ver Ianni (1996).
- ⁷ Godelier (2001:316-317) observa muito bem o paradoxo da sociedade capitalista que repousa no fato de que a "sociedade só vive e prospera, portanto, ao preço de um déficit permanente de solidariedade". O autor conclui afirmando que não podemos esperar tudo do dom, "pois apenas os deuses dão tudo ou tudo deram, precisamente, porém, porque não eram homens. O dom há de servir, mas esperando o quê?".
- ⁸ Sobre o processo de constituição do campo da economia solidária no Brasil, ver excelente tese de Lechat (2004).
- ⁹ Sobre os vários sentidos que o termo economia solidária incorpora, cf. Noelle Lechat (2002), e sobre os múltiplos sentidos da economia solidária no estado do Ceará, cf. Gonçalves (2006b e 2007).
- ¹⁰ Cf. Hall (2003); Tambiah (1997); Veena Das (1995); Hutchinson (1996).
- ¹¹ Cf. Azanha (2002).
- ¹² Cf. Gonçalves (2008).
- ¹³ Fórum BNB de Desenvolvimento realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2008, em Fortaleza.
- ¹⁴ Malinowski (1978).

